

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.545 - AL (2019/0122610-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ADELSON MARCELINO CORREIA DA SILVA
ADVOGADO : ADELSON MARCELINO CORREIA DA SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - AL003515
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ADELSON MARCELINO CORREIA DA SILVA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL EXECUÇÃO FISCAL EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PRETENSA APLICAÇÃO DO CPC/2015 DESCABIMENTO OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA REGRAMENTO DEVE SER O DA PROPOSITURA DA AÇÃO DESPROVIMENTO DO APELO

Alega violação do art. 141 do CPC/15, no que concerne à fixação dos honorários, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

2.6. Tenha-se presente, que o recorrente em sua apelação, em momento algum, defendeu que os honorários de sucumbência deveriam ter sido fixados de acordo com o art. 85, da Lei nº 13.105/2015 - (NCPC).

2.7. Argumentou, isso sim, que os honorários de sucumbência foram fixados em valor irrisório, aviltante e desproporcional ante o valor da causa e o árduo trabalho de defesa.

2.8. Portanto, o acórdão recorrido cuidou de matéria estranha ao recurso de apelação, contrariando, assim, o art. 141 do Novo Código de Processo Civil, que impede o juiz de conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito à lei exige iniciativa da parte (fl. 151).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice das Súmulas 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

